

PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL MDR SUMÁRIO EXECUTIVO

2020-2023



Ministério do Desenvolvimento Regional

Comitê Interno de Governança - Cigov

Ministro do Desenvolvimento Regional

Daniel de Oliveira Duarte Ferreira

Secretário-Executivo

Helder Melillo Lopes Cunha Silva

Secretário de Coordenação e Gestão

Fabricio Moura Moreira

Secretário Nacional de Segurança Hídrica

Sérgio Luiz Soares de Souza Costa

Secretário Nacional de Saneamento

Pedro Ronald Maranhão Braga Borges

Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil

Alexandre Lucas Alves

Secretária Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano

Sandra Maria Santos Holanda

Secretário Nacional de Habitação

Alfredo Eduardo dos Santos

Secretário Nacional de Fomento e Parcerias com o Setor Privado

Fernando Machado Diniz

Assessoria ao Cigov

Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno

Fabiana Vieira Lima

Consultora Jurídica

Cristiane Souza Braz Costa

Plano Estratégico Institucional MDR: Sumário Executivo 2020-2023

Organização, Revisão e Orientação Metodológica

Diretora de Gestão Estratégica

Paula Coelho da Nóbrega

Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica

Hugo Torres do Val

Coordenador de Gestão Estratégica

Orlando Figueiredo Filho

Equipe Técnica

Cinthia Rodrigues dos Santos

Cleber Cornélio de Souza

Fred Carlos Barros Rosas

Igor Henrique Mendes

Marina França Moreira

Equipes de Elaboração do Plano

Gabinete do Ministro

Alessandry M. de Medeiros

Assessoria Especial de Comunicação Social

Naiara Luana Tentis Mateus

Polyana Maria Santana da Silva

Rodrigo Kaiser Saccone

Assessoria Especial Internacional

Carla Barroso Carneiro

Eduardo Pareja Coelho

Leandro Gomes Cardoso

Assessoria Especial de Controle Interno

Fabiana Vieira Lima

Flávia Amaral Silva de Sousa

Marianne Macedo de Carvalho

Michele Pereira Faria Lira

Secretaria-Executiva

Alexandre Wessner Kapper

Alice Almeida V. de Carvalho

André Rodrigues Costa

Bruno Tibúrcio Pereira da Silva

Bruno Caetano Pinto

Cleidiane Maria S. Damasio

Danielle Costa de Hollanda

Deborah Carneiro de Mendonça

Fabício Moura Moreira

Fernanda Muniz da Conceição

Gláucia Maia de Oliveira

Hugo Torres do Val

João Paulo Gurgel Rodrigues

Júlia Rabello Spinelli

Juliana Bitu de Medeiros

Katlen Andrade Eutáquio

Marcio Oliveira Cavalcante

Miguel Lodi Carvalho

Natércia Cristiane M. de Souza

Paula Coelho da Nóbrega

Rayane Gonçalves Melo

Renata Mendes Vianna

Romeu Mendes do Carmo

Rosana Franco Amaral

Sergio Delduque N. Nobre

Secretaria Nacional de Fomento e Parcerias com o Setor Privado

Aline de Oliveira Rodrigues

Ana Borges de Assis

Anderson Mendes Costa

Antônio Maria Espósito Neto

Bárbara Oliveira Carvalho

Clécio da Silva Almeida Santos

Danielle Bastos Serra Alencar

Diego Antônio Link

Eduardo Tati Nóbrega

Kleber da Silva Bandeira

Luísa Pires M. de Castro

Mônica Maria M. Moreira

Verônica Sánchez da Cruz Rios

Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano

Aguiar Gonzaga V. da Costa

Alex Christian Kamber

Andre Phellipe A. Santos

Andreia de Araújo Moraes

Carolina Baima Cavalcanti

Carolina Silva Antunes

Carolina de Sousa Aquino

Claudio Alves Ferreira Jr.

Claudio Oliveira da Silva

Cristhian Andres A. R. Moreira

Cristiana Scorza Guimaraens

Everton Sudré Ferreira

Fernando Araldi

Francisco Soares de Lima

Gabriela Cyriaco da Silva Frota

Helen Miquelote

Laércio Antônio do Rio Sagrilo

Laís Andrade B. de Araújo

Layanne Rufino de Santana

Leandro de Andrade Martins

Luiz Paulo de Oliveira Silva

Marcos Daniel Souza Santos

Pryscilla Bezerra Silva

Ramson Aragão Gois

Raphael Curioso Lima Silva

Rodrigo Mendes Xavier

Samuel Menezes de Castro

Sonia Faustino Mendes

Telmo Florentino Rodrigues

Valdir Juswiak

Secretaria Nacional de Segurança Hídrica

Adriana de Fátima R. L. da Costa

Alexandre Saia

Anderson Felipe e Medeiros

Bezerra

Claudir Afonso Costa

Cristiane Collet Battiston

Demetrios Christofidis

Elianeiva Q. Viana Odisio

Erik Parente C. Perpetuo

Francisco Igor Aires Nunes

Jimmu Azevedo Ikeda

Lucas Bischof Pian

Michelle Maris S. Ferreira

Nartacha G. C. de Melo

Oscálmi Porto Freitas

Paulo Roberto Soares Jr.

Rafael Henrique S. Dias

Rafael Eduardo Teza

Rafael Padovani Zuin

Stanley Rodrigues Bastos

Thiago Soares Arima

Tiago José B. Portela

Wilson Rodrigues M. Jr.

Secretaria Nacional de Saneamento

Alfredo Assis de Carvalho

André Braga Galvão

Cássio Felipe Bueno

Denise Maria L. S. Seabra

Dogival de Oliveira C. Jr.

Gilson Pires da Silva

Helena B. G. R. F. da Silva

Jamaci Avelino N. Júnior

Martin Junior Valero

Michelli Miwa Takara

Paulo Rogério dos S. e Silva

Samuel W. C. e Silva

Sérgio Luis da Silva Cotrim

Thiago C. V. M. Raposo

Secretaria Nacional de Habitação

Alessandra D Avila Vieira

Amanda Alves Olalquiaga

Ana Paula Maciel Peixoto

Andiara G. M. Campanhoni

Augusto Alves Filho

Barbara Lopes de Azevedo

Breno Molinar Veloso

Bruna Chie Yin Tse

Daniel Masiero

Débora Stephanie Ribeiro

Felipe Bragança Itaborahy

José Cristiano R. N. Cruz

Jose Sergio P. Oliveira

Julia Lins Bittencourt

Maick Willian Muniz Cariri

Mirna Quinderé B. Chaves

Rhaiana Bandeira Santana

Rodrigo Dalvi Santana

Tereza Maria S. Paulino

Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil

Ana Flávia Rodrigues Freire

Antonio Geraldo Hiller Lino

Armin Augusto Braun

Bráulio Eduardo S. Maia

Frederico do Monte Seabra

Giselle Paes Gouveia

John de Castro Matos

Karine da Silva Lopes

Kelly Araújo Lima

Paulo José Barbosa Souza

Paulo Roberto F. Falcão

Lidiane Natalie de Souza

Luiz Carlos Cerqueira

Reinaldo Santos Pereira

Reinaldo Soares Estelles

Roney Rios Figueira

Rosilene Vaz Cavalcante

Wesley de Almeida Felinto

Wolnei Wolff Barreiros

Contribuições Especiais – Equipes de

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

Claudia Fernanda das Neves Oliveira

Ricardo Brasil Choueri

Taciana Neto Leme

Luiz Henrique Pinheiro

Carlos Perdigão

Fernanda Abreu Oliveira de Souza

Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

Carlos Henrique de Araújo Filho

Luciana de Sousa Barros

Priscilla Marotta Gardino

Rodrigo dos Reis Oliveira

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

José Maurício de Andrade Filho

Rafael de Albuquerque Feitosa

Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

David Mourão Ayan

Keila Adriana Rodrigues de Jesus

Roosevelt Correa

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

Paulo Giovanni Nogueira de Lima

Raquel Cristina Batista Vieira Pontes

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Cristiano Augusto Hummel Mendes

Maurício Pietro da Rocha

Athadeu Ferreira da Silva

Cleonice Mororó de Oliveira

Sílvia Rodrigues de Moura Santos

José Luiz Ribeiro Reis

Introdução

O Planejamento Estratégico é entendido como um processo sistêmico de estabelecimento da estratégia, que pressupõe um adequado entendimento da organização e do contexto em que se encontra inserida, a fim de traçar as iniciativas para se alcançar uma situação futura desejada, buscando sempre maior efetividade dos resultados e eficiência da gestão dos recursos.

Um importante produto do processo de elaboração da estratégia é o Plano Estratégico Institucional - PEI, constituído pelo mapa estratégico, a cadeia de valor, a missão, a visão, os valores, os objetivos, os indicadores, as metas, além dos programas, iniciativas e projetos estratégicos de um Órgão ou Entidade.

Assim, por meio do Plano Estratégico, as organizações estabelecem de maneira consistente, organizada e lógica, os resultados a serem entregues para a sociedade e os meios que serão adotados para essa finalidade.

A estruturação do PEI na Administração Pública Federal é regida pela Instrução Normativa Seges/ME nº 24, de 18 de março de 2020 e orientada pelo “Guia Técnico de Gestão Estratégica”, também produzido pelo Ministério da Economia. Segundo esse normativo, o plano estratégico institucional deverá ser revisado pelo menos uma vez por ano, a partir de 2021, e, se for necessário, atualizado.

Nesse sentido, em 2021, o MDR realizou revisão substantiva do PEI, focada na implantação de um modelo de excelência em planejamento e gestão estratégica. Esse trabalho foi desenvolvido a partir da realização de diversas oficinas, com a participação direta de mais de 160 gestores e servidores do MDR e de suas entidades vinculadas, num processo de reflexão crítica e debate participativo acerca dos elementos fundamentais da estratégia do MDR, conduzido pela Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica (CGPGE) da Diretoria de Gestão Estratégica e Coordenação Estrutural.



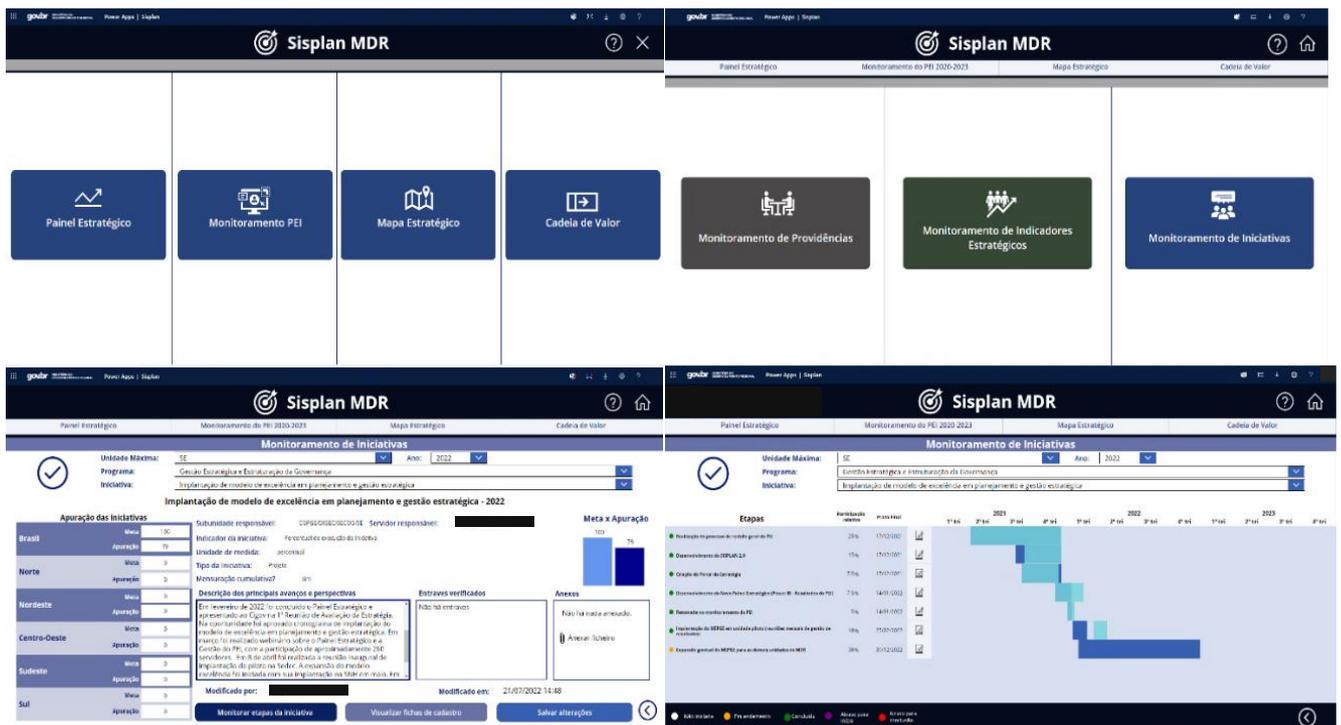
Como resultado, foram revistos missão, visão, valores do MDR, identificados os principais eixos e subeixos estratégicos de atuação do MDR e suas sinergias, realizada análise de ambiente interno e externo (análise SWOT), construído o mapa estratégico com os objetivos, além de revistos todos os elementos específicos do PEI, como os indicadores estratégicos, metas, programas e iniciativas.

Os elementos gerais do Plano Estratégico foram aprovados pela Resolução CIGOV nº 1, de 22 de outubro de 2021. Ao final de 2021 foram também lançados o Sumário Executivo com os pontos fundamentais da nova metodologia do PEI e uma visão geral do seu conteúdo envolvendo os eixos estratégicos de atuação do MDR, bem como os Cadernos Estratégicos de cada Eixo do PEI, que apresentam de forma detalhada os problemas, desafios, objetivos estratégicos, indicadores, metas, programas e iniciativas relacionados a cada Eixo Estratégico do PEI, disponíveis em Planejamento Estratégico Institucional — Português (Brasil) (www.gov.br).



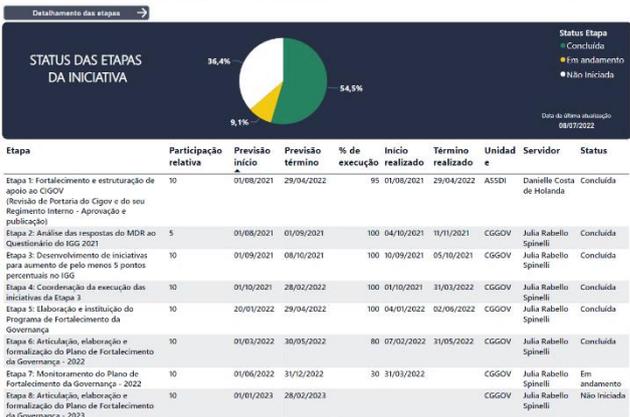
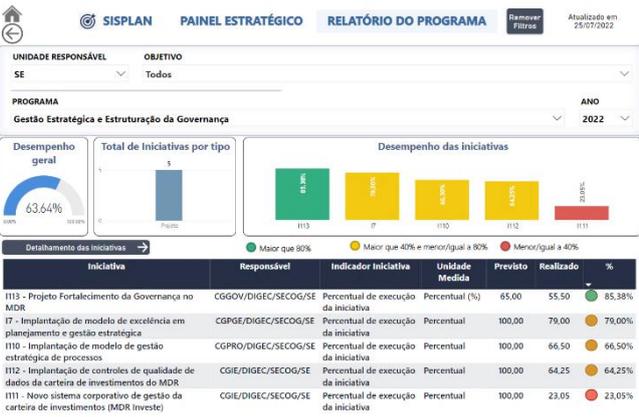
Além disso, foi desenvolvido o **Sistema de Gerenciamento do Planejamento Estratégico – Sisplan**, solução customizada desenvolvida na ferramenta Power Apps da Microsoft a custo orçamentário zero pela CGPGE para inserção das informações de monitoramento do Plano Estratégico.

O Sisplan foi um sucesso em termos e automação e facilitação do processo de monitoramento do PEI, de forma que faz parte do **Modernizômetro** e está disputando o **Selo Nacional de Modernização do Estado**. Atualmente estão sendo estudadas formas ampliação do uso do Sisplan para outros órgãos e entidades da Administração Pública, sendo a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco, uma das interessadas em contato com o MDR para transferência do sistema e do conhecimento para sua utilização.



A partir do Sisplan, foi possível dar um grande passo na elaboração de relatórios institucionais como a Mensagem Presidencial e o Relatório de Gestão, uma vez que, com as informações ali disponíveis, a equipe da CGPGE/Digec pôde elaborar as propostas iniciais dos referidos documentos, apresentando-os para as secretarias apenas para revisão e validação, o que resultou numa grande redução da carga de trabalho das unidades finalísticas no desenvolvimento desses documentos.

Além desses avanços, outra grande entrega ligada ao Sisplan foi o **Painel Estratégico**, construído no Power BI que sistematizou as informações de monitoramento do Planejamento Estratégicos na forma de diferentes relatórios gerenciais, conforme pode-se verificar nas imagens abaixo.



A revisão do PEI, juntamente com a implantação do Sisplan e do Painel Estratégico foi fundamental para se chegar ao ponto principal desejada: a efetivação de um Modelo de Excelência em Planejamento e Gestão Estratégica no MDR, modelo esse que consiste na incorporação do planejamento e da gestão na cultura do MDR a partir do monitoramento intensivo, em reuniões mensais realizadas junto a todas as Secretarias.

O case de sucesso do MDR está sendo reconhecido no âmbito do XXVII Congresso Internacional do Centro Latino Americano de Administração para o Desenvolvimento, a se realizar em Sucre, na Bolívia, entre 20 e 25 de novembro de 2022. Nas páginas a seguir apresentam-se mais detalhes sobre o modelo adotado.

Fundamentos do Modelo do Excelência em Planejamento e Gestão Estratégica

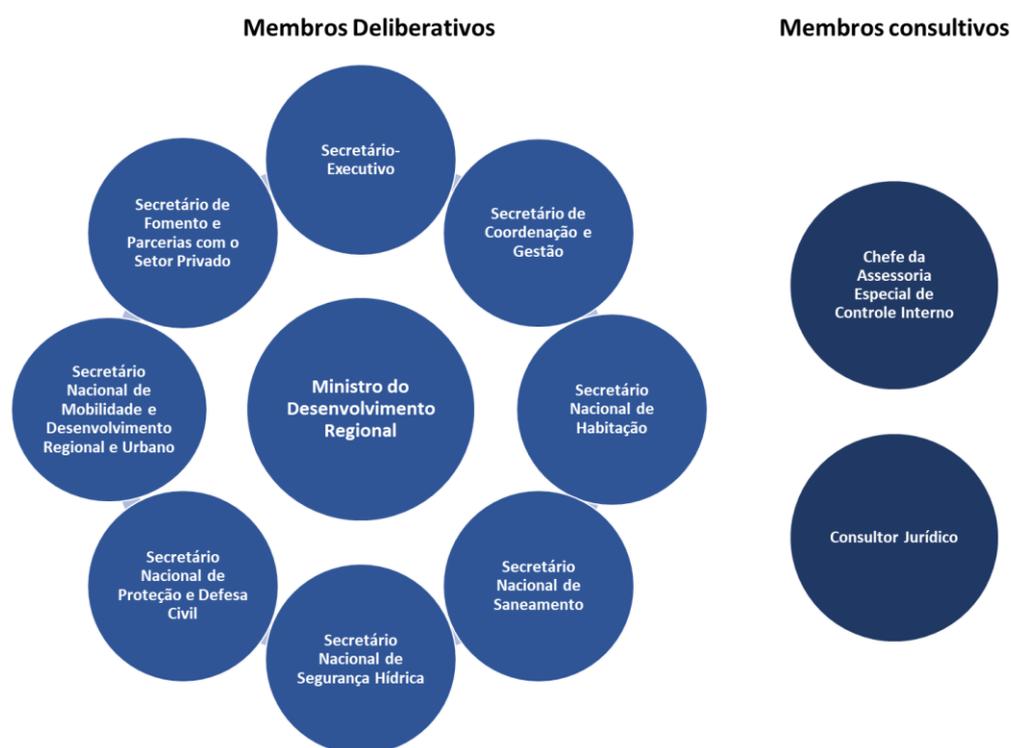
O modelo de excelência do MDR foi estabelecido com base em alguns fundamentos de melhoria do processo de estruturação do Planejamento Estratégico, dentre os quais se destacam:

- **Engajamento da estrutura de Governança:** novo modelo se apoia em maior atuação do Comitê Interno de Governança no âmbito do PEI. Desde o início de 2021, o Cigov já vem tendo como pauta em maior parte de suas reuniões o planejamento estratégico, a se ampliar e consolidar nos próximos anos, tendo em vista a responsabilidade incluída para esse comitê de aprovar, revisar, monitorar e avaliar o PEI.
- **Abordagem por políticas públicas e programas:** estruturação do PEI com base em políticas públicas e programas do MDR, evitando-se abordagens fixadas exclusivamente nas estruturas funcionais e hierárquicas. Dentro de cada política pública, as discussões da revisão do PEI contaram com a participação de atores de estruturas diferentes, permitindo compartilhamento de informações e incorporação de diferentes óticas sobre cada assunto trabalhado. A adoção dos programas como elemento do PEI também permitiu que a estratégia fosse estruturada de forma mais integrada e mais vinculada às nomenclaturas normalmente utilizadas pela Pasta para divulgar seus resultados.
- **Utilização de instrumento de análise de ambiente interno e externo:** a revisão substantiva do PEI incluiu em sua metodologia a realização de análise SWOT, que consiste em análise do ambiente interno (identificação das forças e fraquezas) e do ambiente externo (oportunidades e ameaças), viabilizando o estabelecimento da estratégia em bases mais sólidas.
- **Orientação para a solução de problemas e alcance de desafios fundamentais:** a elaboração dos objetivos estratégicos vinculados a cada política pública ou área de governança e gestão corporativa teve como elemento-base a discussão dos principais problemas e dos principais desafios. Esses elementos permitiram a construção de redações mais específicas para os objetivos estratégicos (refletindo melhor as prioridades) e a definição de programas e iniciativas voltados para a solução de questões fundamentais dentro de cada eixo e subeixo estratégico do PEI.
- **Maior integração entre MDR e suas entidades vinculadas:** no processo de elaboração do plano anterior, entidades vinculadas ao MDR não participaram. Agora, desde o início do processo de revisão do PEI, contou-se com a participação das entidades vinculadas, que puderam enriquecer os debates e a compreensão sobre os temas abordados, além de viabilizar criação de uma rede de planejamento integrado.
- **Dinâmica de monitoramento intensivo e excelência em gestão estratégica:** ampliação da constância dos monitoramentos com a implantação gradual de um modelo de excelência em gestão estratégica, consistindo em reuniões mensais de gestão do PEI no âmbito das Secretarias. A implantação completa foi efetivada no início do segundo semestre de 2022 e se demonstrou uma prática fundamental para a gestão e compartilhamento de informações e debate dos avanços dos programas no âmbito das secretarias.
- **Melhoria da vinculação com os demais instrumentos de planejamento governamental existente:** estabelecimento de pontos de integração entre o PEI e os principais instrumentos de planejamento governamental de médio e longo prazo, como a Estratégia Federal de Desenvolvimento, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, o Planos Setoriais e o Plano Plurianual.
- **Integração do PEI ao Relatório de Gestão e Mensagem Presidencial:** PEI passou a ser a grande base para extração das informações a serem consolidadas no Relatório de Gestão e na Mensagem Presidencial pela Secretaria-Executiva, diminuindo retrabalho das unidades finalísticas e fortalecendo a função desses instrumentos de divulgação dos resultados anuais para a sociedade.
- **Melhoria dos vínculos entre planejamento e orçamento:** o modelo atual previu que toda iniciativa, quando aplicável, seria vinculada à ação orçamentária correspondente. Essa relação já existente no modelo anterior foi melhorada agora ao se incentivar a utilização de planos orçamentários para individualizar as iniciativas, sempre que possível pela unidade.

Isto posto, nos tópicos a seguir serão apresentados com maiores detalhes a estruturação do PEI, explicando-se sobre sua governança, seus principais elementos, pontos de integração, mecanismos de monitoramento e avaliação e outras novidades.

GOVERNANÇA

O Planejamento Estratégico Institucional tem como instância máxima de governança o Comitê Interno de Governança, instituído desde 2020 e coordenado pelo Ministro do Desenvolvimento Regional, com participação do Secretário-Executivo, do Chefe da Assessoria Especial e dos Secretários Nacionais da Pasta. Além desses membros deliberativos, há a participação, em caráter consultivo, do Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno e do Consultor Jurídico.



Conforme disposto na [Portaria GM/MDR nº 397/2021](#), o Cigov tem competências intimamente relacionadas ao processo de governança do Ministério e do direcionamento do planejamento e da gestão estratégica do Ministério, com destaque para as seguintes no que se refere ao PEI:

- incentivar e promover iniciativas que busquem implementar o acompanhamento de resultados no Ministério do Desenvolvimento Regional, que promovam soluções para melhoria do desempenho institucional ou que adotem instrumentos para o aprimoramento do processo decisório;
- estabelecer objetivos, indicadores, iniciativas e metas em conformidade com as diretrizes de governança da Administração Pública Federal;
- aprovar, monitorar e avaliar o planejamento estratégico;
- promover a priorização e monitorar o desempenho de projetos corporativos estratégicos;
- estabelecer diretrizes de monitoramento, avaliação e aprimoramento dos programas, das políticas públicas e da carteira de investimentos de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Regional;
- promover o aprimoramento contínuo da governança, da gestão de riscos, dos controles internos e do programa de integridade, inclusive no que se refere à adequação das estruturas institucionais necessárias e à integração dos agentes responsáveis.

ESTRUTURA E ELEMENTOS DO PEI

O Planejamento Estratégico é estruturado por um conjunto de elementos agregados em duas dimensões fundamentais: a dimensão estratégica e a dimensão tática.

A dimensão estratégica corresponde às definições mais gerais relacionadas às políticas do MDR, envolvendo análise de questões fundamentais relacionadas à sociedade que demandam a intervenção governamental na forma de políticas públicas. Essa dimensão é composta pelos eixos e subeixos estratégicos, problemas e desafios fundamentais, além dos objetivos estratégicos, indicadores estratégicos e suas respectivas metas.

A dimensão tática, por sua vez, representa o plano de ação, ou seja, aquilo que o governo se compromete a realizar para alcançar os objetivos estratégicos definidos e apresentar os resultados desejados pela sociedade. Assim, a dimensão tática é composta pelos programas e as iniciativas do governo.

Por fim, há de se destacar a dimensão operacional, que não faz parte do PEI, mas é fundamental para execução da estratégia do Ministério. Esta dimensão corresponde à viabilização da estratégia por meio do orçamento público, além das atividades de gestão operacional realizadas por cada equipe.

Nesse sentido, a fim de promover alinhamento com essa dimensão, cada iniciativa do PEI contém o vínculo com a ação orçamentária e plano orçamentário correspondente (se houver) e também informará os casos em que o financiamento se der por mecanismos não orçamentários (FGTS, por exemplo) ou mesmo quando a execução da iniciativa não depender do dispêndio de recursos financeiros adicionais (casos de iniciativas executadas diretamente pela força de trabalho do Ministério).



Apresenta-se a seguir a definição de cada um dos elementos das duas dimensões do PEI.

- **Eixos Estratégicos:** consistem no nível de agregação máximo de uma política sob o qual se estrutura toda a estratégia a ser implementada. No âmbito do PEI MDR são estabelecidos eixos finalísticos de políticas públicas, que representam macropolíticas como Habitação, Segurança Hídrica e Saneamento Básico, e eixos transversais, como Governança e Gestão Corporativa e Parcerias e Fomento.
- **Subeixos Estratégicos:** representam as políticas públicas específicas ou linhas de atuação principal vinculadas a cada eixo estratégico.
- **Problemas fundamentais:** quando vinculados a subeixos finalísticos, representam os problemas críticos que afetam a sociedade ou questões estruturais que dificultam o alcance dos resultados desejados para a política pública.

- **Desafios Fundamentais:** refletem uma visão futura almejada no âmbito de um subeixo estratégico, de forma a representar uma questão prioritária e altamente desejada ou um grande resultado a ser alcançado.
- **Objetivos Estratégicos:** representam grande finalidade de um subeixo de política pública ou de uma área de atuação transversal, deixando claro, sempre que possível a prioridade da atuação ou de público-alvo. Sua redação é fruto da síntese dos problemas fundamentais a serem solucionados e dos desafios fundamentais a serem alcançados.
- **Indicadores Estratégicos:** instrumentos que permitem a verificação em termos quantitativos ou qualitativos de aspectos de um fenômeno vinculado a um objetivo estratégico. Considerando seu caráter estratégico, devem medir, preferencialmente, aspectos relacionados a impactos ou resultados referentes a uma política pública. Por essa característica, esses indicadores normalmente são influenciados não só pela atuação específica do órgão, mas por questões socioeconômicas. Outro fator de destaque é que maior parte das políticas do MDR são de competência concorrente entre União, estados, Distrito Federal e Municípios. Nesse sentido, o indicador estratégico deve ser entendido como um termômetro do problema vinculado a uma política pública e que direciona o estabelecimento dos programas e iniciativas do Ministério, devendo-se evitar sua utilização como medida única da efetividade do Pasta.
- **Metas Estratégicas:** vinculadas aos indicadores estratégicos, as metas estratégicas consistem nos resultados que a organização pretende atingir em determinado período de tempo a fim de alcançar um objetivo estratégico.
- **Programas:** representa um conjunto de iniciativas geridas de maneira integrada para solução de um problema comum viabilizando o alcance de melhores resultados. No PEI, buscou-se utilizar como programas aqueles já estruturados e consagrados (Programa Casa Verde e Amarela, Programa Águas Brasileiras, Programa gua Doce etc.), bem como, nos casos de ausência, incentivou -se a criação de novos para melhor gestão das iniciativas do MDR.
- **Iniciativas:** consistem nos projetos e nas atividades estratégicas de duração continuada do MDR.

Quando as iniciativas estão estruturadas sob a forma de projetos, possuem prazo limitado de duração e resultarão em produtos ou serviços únicos que promoverão melhorias fundamentais em políticas públicas ou áreas de governança ou gestão corporativa (exemplo: revisão de um planos setorial; reformulação de uma norma; implantação de uma infraestrutura hídrica estruturante etc.).

Quando estruturadas como ações estratégicas de duração continuada, representam entregas de grande impacto para a sociedade que são geradas de maneira contínua pelo MDR (ex: fomento a diversos empreendimentos de saneamento básico, entrega de unidades habitacionais etc.).

Cada iniciativa possui um indicador e uma meta própria, que permitem medir a eficácia da atuação do Ministério em determinado aspecto, apresentando normalmente os produtos gerados no âmbito dos trabalhos executados pela Pasta. Assim, o indicador de iniciativa é o mais indicado para verificação do desempenho do Ministério, uma vez que está relacionado a questões que estão sob maior capacidade de gerenciamento pela própria Pasta.

INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

O governo federal conta atualmente com diversos instrumentos de planejamento de diferentes escopos. Nesse sentido, o Planejamento Estratégico Institucional do MDR foi elaborado de forma harmônica com os principais instrumentos de planejamento vigentes.

O principal documento de orientação estratégica de longo prazo do governo federal é a Estratégia Federal de Desenvolvimento, estabelecida por meio do Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020. Esse documento, elaborado com base nos objetivos fundamentais da Constituição, define a intervenção governamental baseada em eixos, diretrizes e orientações para o horizonte de 2020 a 2031. Nessa linha, para efeito de vinculação ao PEI, suas orientações foram consideradas dentro de cada eixo estratégico do PEI.



Há também um importante instrumento de planejamento a nível internacional que o Brasil faz parte, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos no âmbito da Organização das Nações Unidas. Os ODS representam uma agenda de objetivos e metas a serem alcançados até 2030 acerca de diferentes temáticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável. No âmbito do PEI, foi considerada a relação de cada eixo estratégico com os seus objetivos dos ODS correspondentes.



Além desses instrumentos de longo prazo, existem os planos setoriais, que correspondem aos planos estabelecidos de forma específica para determinadas áreas de atuação governamental. No âmbito do MDR, temos alguns planos de destaque, como o Plano Nacional de Saneamento Básico, o Plano Nacional de Habitação, Plano Nacional de Recursos Hídricos, Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil etc. Todos esses planos atualmente se encontram em fase de revisão e cada um possui uma metodologia e uma vigência diferenciada de forma que a harmonização entre estes e o PEI se torna complexa. Nesse sentido, o alinhamento se dará por meio da harmonização entre metas e iniciativas existentes, evitando-se a coexistência de atributos com diferenças de valores estabelecidos para alcance.

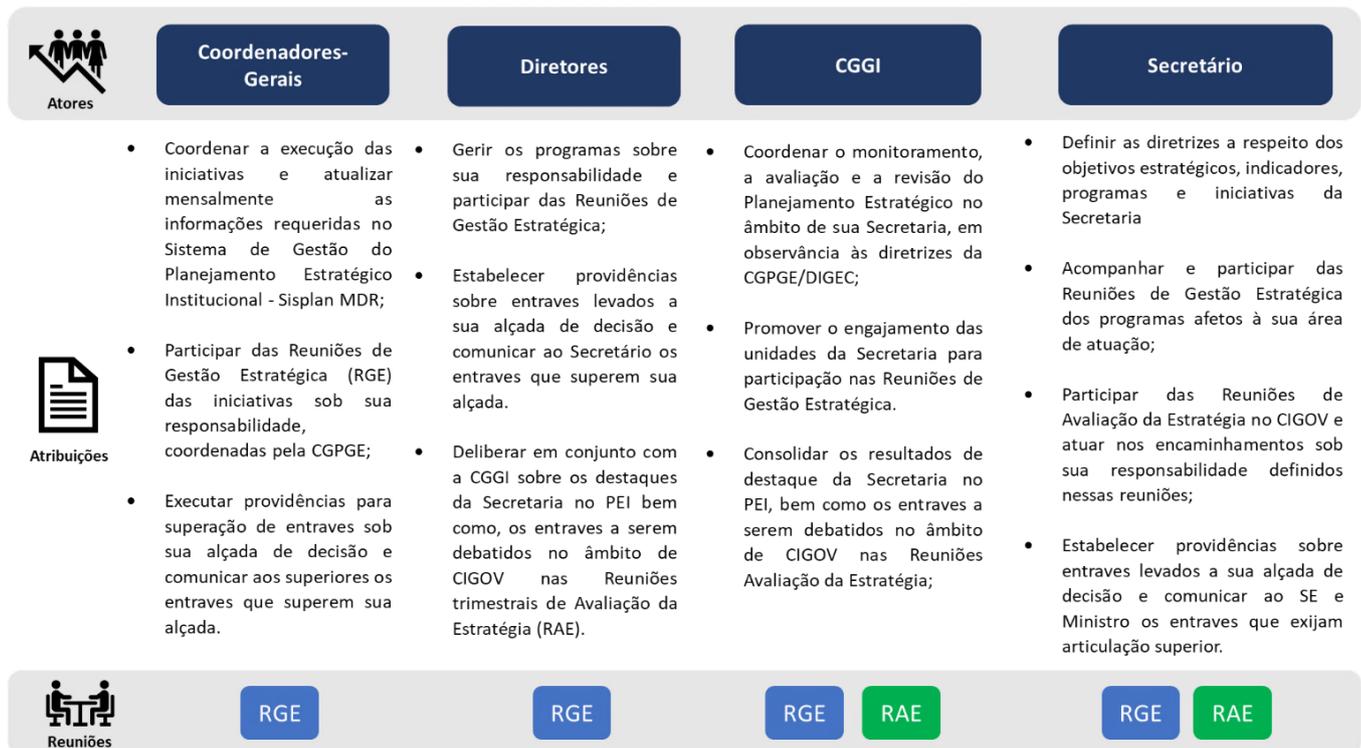
O Plano Plurianual - PPA, por sua vez, representa o instrumento de planejamento governamental que define as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para o horizonte de quatro anos. O PPA 2020-2023 se divide em programas temáticos e programas de gestão. Os programas temáticos, juntamente com seus objetivos, metas e resultados intermediários correspondem aos pontos de intersecção com o PEI. Metas do PPA preferencialmente estarão vinculadas a indicadores estratégicos e metas da dimensão estratégica do PEI, enquanto resultados intermediários estão relacionados aos atributos da dimensão tática (programas e iniciativas).



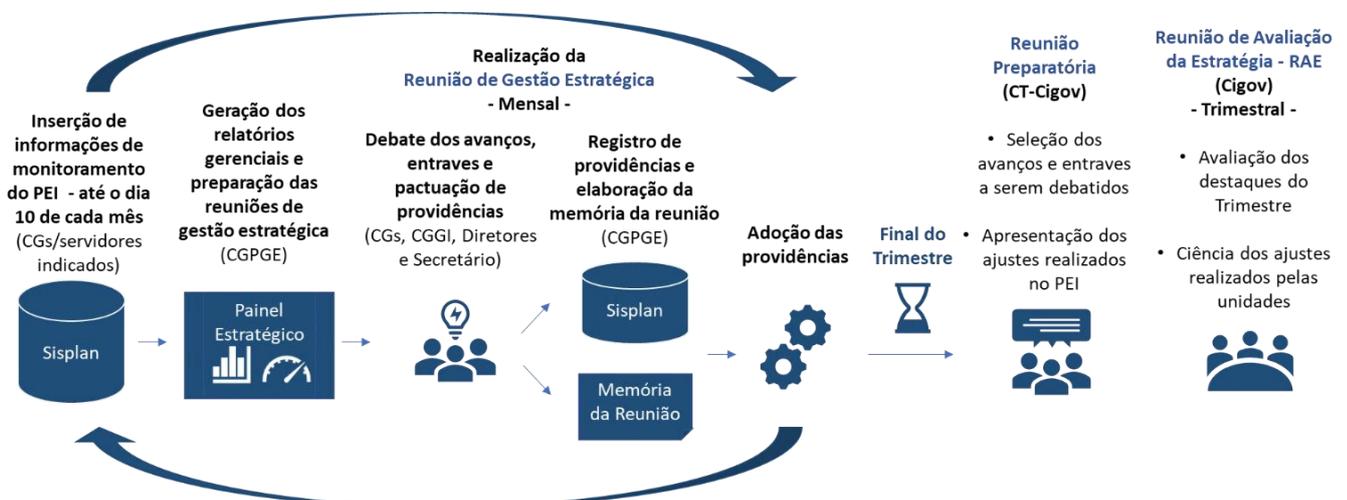
DINÂMICA DE MONITORAMENTO: EXCELÊNCIA EM PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

No ano de 2022, foi efetivado o modelo de excelência em planejamento e gestão estratégica, que consiste na realização de monitoramentos contínuos no sistema, na realização mensal das Reuniões Gestão Estratégica (RGE) dentro de cada Secretaria do MDR e na realização trimestral de Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE).

Para o modelo funcionar, fez-se importante a definição clara das atribuições dos atores envolvidos no processo de gestão da estratégia do MDR, conforme quadro a seguir.



Nas Reuniões de Gestão Estratégica são discutidos, especialmente, avanços e dificuldades relacionados a programas e iniciativas desenvolvidos pelas unidades, com a definição de providências e correções de rumo para melhor alcance dos objetivos e metas do PEI. A fim de auxiliar as Secretarias no desenvolvimento dessa cultura de gestão estratégica, a equipe da CGPGE/DIGEC/SECOG promoveu apoio técnico para estruturação dos trabalhos e organizou todas as reuniões de gestão estratégica ao longo do ano de 2022.



Durante o processo de monitoramento, é possível a proposição pelas unidades do MDR de novos indicadores estratégicos, programas e iniciativas, bem como o ajuste de atributos já existentes. Para tanto, os pedidos são encaminhados pelas unidades à Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica, devendo ser realizados pelo Coordenador-Geral de Gestão Integrada ou pelo responsável pelo atributo a ser alterado, com cópia ao responsável pela diretoria/departamento relacionado aos atributos alterados.

Ao final de cada trimestre os resultados do PEI e os ajustes realizados pelas unidades no seu planejamento serão apresentados ao CT-Cigov que selecionará os assuntos a serem debatidos na reunião do Cigov. Na reunião do Cigov, serão avaliados os principais destaques do trimestre e será dada ciência dos ajustes no PEI realizados pelas unidades do Ministério.

APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS – PAINEL ESTRATÉGICO E RELATÓRIO DE GESTÃO

A fim de incorporar as melhores práticas de gestão estratégica e *accountability*, os resultados do planejamento estratégico são apresentados por meio de painel gerencial denominado Painel Estratégico, construído por meio do PowerBI (para acessar, clique aqui).

No Painel Estratégico são disponibilizadas diversas opções de relatórios e de filtros para que a informação desejada seja acessada da forma mais ágil possível. Nesse sentido, o painel dispõe de seis visualizações diferentes:

- **Relatório Geral do Desempenho no Mapa Estratégico**
- **Relatório Executivo:**

Apresenta os resultados médios dos indicadores estratégicos e das iniciativas no âmbito de cada objetivo estratégico estabelecido pelo Ministério.

Permite a visualização resumida dos valores de apuração dos indicadores estratégicos e dos resultados médios dos programas por unidade ou por objetivo estratégico.



Ao final de cada ano, as informações apresentadas pelas unidades no âmbito do planejamento estratégico são utilizadas como fonte fundamental para elaboração do Relatório de Gestão e da Mensagem Presidencial do Ministério. Essa prática converge com a busca constante de ampliação da transparência ativa e da prestação de contas para a sociedade acerca do avanço dos trabalhos de maior relevância do Ministério, bem como reduz a oneração da força de trabalho das unidades do Ministério no processo de elaboração dos relatórios institucionais.

PORTAL DA ESTRATÉGIA – HUB DE INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO ESTRATÉGICA NA INTRANET

Por fim, cumpre destacar a iniciativa de criação do Portal da Estratégia, que funcionará como um hub de informações sobre gestão estratégica. Por meio dele poderão ser acessados:

- Sistema de Gerenciamento do Planejamento Estratégico - Sisplan;
- Painel Estratégico (BI com resultados do PEI);
- Mapa Estratégico e Cadeia de Valor;
- Sumário Executivo do Plano Estratégico;
- Cadernos Estratégicos de cada Eixo do PEI;
- Informações sobre Plano Plurianual, Agenda ODS, Estratégia Federal de Desenvolvimento;
- Guias e livros de referência em planejamento e gestão estratégica;
- Capacitações disponibilizadas sobre a temática;
- Legislação aplicada às temáticas de planejamento do MDR.

Figura 4: Portal da Estratégia

The screenshot shows the 'Portal da Estratégia' interface. At the top, there is a navigation bar with the 'gov.br' logo, 'MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL', and 'SharePoint' text. A search bar is present with the placeholder 'Pesquisar este site'. The main header area includes the portal title 'Portal da Estratégia' and a 'Seguindo' indicator. Below the header, there is a 'Links Úteis' section with a grid of 12 blue buttons, each with an icon and text: 'Sisplan MDR', 'Painel Estratégico', 'Mapa Estratégico', 'Cadeia de Valor', 'Guia Monit. e Avaliação PEI', 'Sumário e Cadernos PEI', 'Plano Plurianual 2020-2023', 'Agenda ODS 2030', 'EFD 2020-2031', 'Guias e Livros de Referência', 'Capacitação', and 'Legislação Aplicada'. At the bottom, there is a 'Notícias' section with a blue background. It features a '+ Adicionar' button and a news item titled 'MDR promove Webinário sobre Painel Estratégico e Gestão do PEI'. The news item includes a small image of a person and text: 'Ferramenta apresenta relatórios gerenciais com gráficos e informações relativos aos avanços dos objetivos, indicadores, programas e iniciativas do ministério O...'. There is also a 'Ver tudo' link.

Fonte: CGPGE/DIGEC (2022)

Análise SWOT

A análise SWOT é um dos instrumentos mais consagrados de planejamento voltado para a análise dos ambientes internos e externos das organizações, atividade fundamental para a definição da estratégia. No que se refere ao ambiente interno são identificadas as forças e fraquezas que a organização possui. Quanto ao ambiente externo, são identificadas as oportunidades e ameaças, eventos que, caso ocorram, podem impactar positivamente ou negativamente a atuação da organização. Apresenta-se a seguir a análise SWOT do MDR.

Ambiente Interno

Forças

- Experiência e conhecimento na implantação e no gerenciamento de obras de grande porte relacionadas a múltiplas finalidades;
- Bom relacionamento com entes federados;
- Capilaridade das vinculadas;
- Estrutura física e operacional adequada;
- Capacidade de articulação e governança regional da PNDR;
- Ambiente favorável à implementação de uma gestão integrada;
- Ministério detém sob sua competência as políticas mais relevantes para efetivação do desenvolvimento regional;
- Políticas públicas instituídas e programas estruturados e com processos de trabalho em constante aperfeiçoamento;
- Patrocínio da alta gestão para aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento e gestão estratégica;
- Planos Regionais de Desenvolvimento com carteira de projetos estratégicos ao desenvolvimento regional;
- Qualidade das entregas do MDR à população em geral;
- Disponibilidade de fontes e ferramentas para o fomento e parcerias com o setor privado;
- Espírito público e comprometimento dos colaboradores
- Clima organizacional, coesão e entrosamento entre os colaboradores;
- Alta capacidade técnica, propositiva e adaptativa das equipes;
- Alta capacidade de alcance e capilaridade dos programas;
- Patrocínio da alta administração para formulação e fomento de parcerias com o setor privado;
- A existência dentro da Pasta de estudos e diagnósticos que podem ser utilizados como referência;
- Política de Gestão de Riscos do MDR institucionalizada;
- Capacidade de articulação com entidades e atores dos setores econômicos de atuação do MDR;
- Capacidade de articulação com os demais órgãos do Poder Executivo e com o Poder Legislativo.

Fraquezas

- Elevada rotatividade da alta gestão e do corpo técnico;
- Dificuldade de integração das políticas públicas;
- Priorização e implementação das ações de curto prazo em detrimento de ações estruturantes de longo prazo;
- Carência de uma cultura de gestão estratégica consolidada;
- Baixa realização de avaliação de políticas e programas;
- Baixa *expertise* em estruturação de parcerias com a iniciativa privada;
- Excesso de burocracia em alguns processos;
- Baixa motivação de parte das equipes e baixo sentimento de participação nas grandes entregas;
- Carência de sistematização e definição de fluxos e competências de parte dos processos de trabalho;
- Fragilidade de parte dos dados sobre a execução das políticas públicas;
- Alta quantidade de demandas com prazos não pactuados;
- Carência de apoio administrativo especializado (com conhecimento das políticas públicas);
- Distorções na distribuição da força de trabalho;
- Capacidade organizacional das entidades vinculadas insuficiente para gerir e implementar as ações sob sua responsabilidade, vinculadas ao MDR;
- Modelo de operacionalização do orçamento público gerador de entregas difusas e com falta de aderência com o planejamento;
- Carência de aderência da decisão em observância às diretrizes registradas nos instrumentos de planejamento;
- Baixa divulgação dos resultados institucionais;
- Carência de integração entre as ações das secretarias, entre o MDR e as vinculadas, e entre unidades de uma mesma Secretaria (falta de sinergia e visão transversal).

Ambiente Externo

Oportunidades

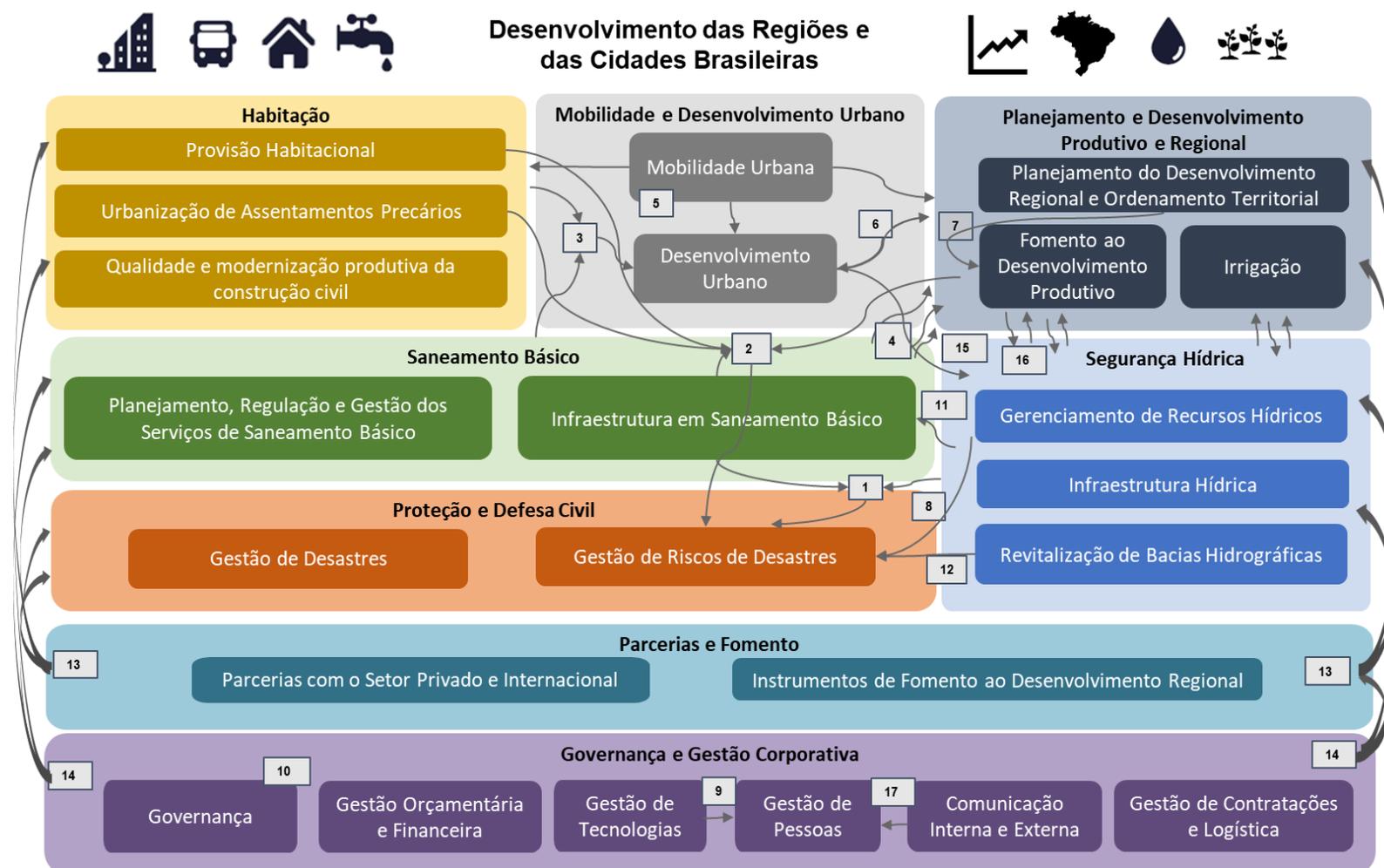
- Ampla rede de atores interessados nas políticas públicas do MDR;
- Elevado reconhecimento para articulação e implementação de ações;
- Interesse dos estados e municípios em realização de parcerias com o MDR;
- Apoio e interesse de bancos regionais de desenvolvimento na atuação em parceria;
- Abundância de riquezas naturais passíveis de melhor exploração de maneira sustentável;
- Demanda crescente por práticas sustentáveis;
- Possibilidade de parcerias com setor público e privado para cooperação em todo território nacional;
- Execução de políticas públicas com menor dependência de recursos do Tesouro, com avanço de parcerias com o setor privado;
- Apoio de vários órgãos especializados vinculados;
- Interesse de entidades vinculadas e atores estratégicos em maior integração com o MDR para planejamento conjunto de temas transversais;
- Possibilidade de acesso às fontes nacionais e internacionais de financiamento de ações para o desenvolvimento regional;
- Reconhecimento e apoio da sociedade às políticas e aos programas do MDR;
- Valorização do papel do Planejamento Estratégico nos diversos níveis de governo;
- Disponibilidade de novas tecnologias que possam auxiliar a melhoria das atividades e das políticas do MDR;
- Alto interesse e prioridade política para realização de investimentos em infraestrutura para recuperação econômica;
- Atores estratégicos interessados na atualização de marcos legais para melhoria e atração de investimento para os setores de atuação do MDR;

Ameaças

- Contingenciamento orçamentário e limitação financeira sobre os orçamentos do MDR e de suas vinculadas;
- Indefinições quanto ao futuro da pandemia de COVID-19 (MDR);
- Planejamento local (estados e municípios) dissociado das políticas, programas e ações do MDR e de suas vinculadas;
- Não aprovação pelo Congresso dos planos regionais e setoriais das unidades vinculadas;
- Dimensão territorial de atuação ampla, com alta capilaridade e dificuldade de acesso;
- Instabilidade Política;
- Alternâncias na definição das prioridades federais;
- Sinais econômicos mal dimensionados;
- Endereçamento do interesse privado para outros setores em decorrência da falta e/ou dificuldade de formatação de projetos pelo MDR e vinculadas;
- Interferência política sobre as ações técnicas;
- Insegurança jurídica e instabilidade econômica;
- Aumento da dependência de emendas parlamentares para execução de políticas estruturantes, diminuindo a discricionariedade do MDR;
- Desarticulação de políticas públicas dos estados e municípios;
- Descontinuidade da orientação política para implementação das políticas públicas, programas e projetos em curso;
- Baixa capacidade institucional dos entes públicos locais;
- Descontinuidade do Censo IBGE e de outros estudos/pesquisas relevantes de órgãos externos;
- Movimentos contrários aos Fundos de Desenvolvimento Regional;
- Recebimento de emendas impositivas desalinhadas com as prioridades das políticas públicas do MDR;
- "Disputa" das linhas de financiamento do MDR com outras linhas de financiamento federal pela utilização do limite global anual para contratação de operações de crédito com os órgãos e entidades do setor público, definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Eixos, Subeixos e Linhas de Sinergia

Os eixos, subeixos e as linhas de sinergia foram os elementos principais de organização do planejamento estratégico do MDR. Assim, o PEI está calcado nas políticas públicas do Ministério e nas suas linhas principais de atuação, deixando de lado a visão tradicional pautada na estrutura organizacional. Isso é um grande diferencial do plano, uma vez que, diferentemente da estrutura organizacional e seus processos de trabalho, as políticas públicas permanecem ao longo do tempo, tornando assim o PEI do MDR mais resiliente que outros planos que adotam uma visão tradicional. Além disso, a fim de explorar melhor as interfaces e possibilidades de integração dos trabalhos, foi realizada identificação das principais linhas de sinergias entre as políticas públicas que poderiam ser exploradas no plano.



Legenda das Linhas de Sinergia

1	Intervenções de disponibilidade hídrica e abastecimento de água potável para regiões de risco de seca atendidas pela política de defesa civil , de forma a reduzir a dependência da operação carro-pipa	
2	Ações de drenagem e manejo de águas pluviais , de urbanização de assentamentos precários , provisão habitacional e de ordenamento territorial com potencial para prevenção de riscos relacionados a desastres naturais	
3	Ações integradas de habitação e saneamento como vetor de desenvolvimento urbano	
4	Segurança hídrica e o acesso à água potável como vetores de desenvolvimento regional	
5	Mobilidade urbana como indutora do desenvolvimento urbano e regional e como fator importante para a moradia digna	
6	Relação de sinergia mútua entre desenvolvimento urbano e desenvolvimento regional	
7	Planejamento do desenvolvimento regional como direcionador do fomento ao desenvolvimento produtivo	
8	Regulação do uso de recursos hídricos e fiscalização da segurança de barragens como mitigadora de riscos de desastres	
9	Tecnologia da informação como instrumento de mudança na gestão de pessoas (ambientes e ferramentas de trabalho virtual compartilhado etc.)	
10	Relação de complementaridade e apoio mútuo dentro de governança , na área de gestão estratégica e na área de controle, integridade e riscos	
11	Empreendimentos de oferta de água como pré-requisito para distribuição de água potável	
12	Ações de revitalização hidroambiental como meio de viabilização da segurança hídrica e de prevenção de desastres em áreas de risco	
13	Forte relação de interdependência do desenvolvimento urbano e regional com a segurança hídrica	
14	Comunicação e gestão de pessoas com atuação sinérgica em prol da boa relação entre servidores e unidades e da gestão do conhecimento	
15	Necessidade de adoção de abordagem de planejamento urbano e territorial que considere as questões hídricas locais - territórios sensíveis à água	
16	Eixo de parcerias e fomento com alto potencial de geração de soluções inovadoras e sinérgicas com todas as macropolíticas	
17	Eixo de governança e gestão corporativa como viabilizador do desenvolvimento de todos os eixos e subeixos estratégicos e da capacidade de exploração adequada das sinergias	

Mapa Estratégico MDR

O Mapa estratégico é uma representação gráfica que sintetiza a estratégia do Ministério. É composto por Missão, Visão, Valores, Perspectivas e Objetivos Estratégicos.

A **Missão** representa a razão de existir do órgão.

A **Visão** corresponde ao que a organização deseja alcançar no futuro.

Os **Valores** representam os princípios mais importantes para o MDR, a serem sempre observados na sua atuação.

As **Perspectivas** correspondem ao agrupamento dos objetivos estratégicos que possuem características comuns. No Mapa Estratégico do MDR, foram adotadas as seguintes perspectivas:

- **Governança e Gestão Corporativa:** caracteriza-se por conter objetivos das atividades que dão suporte e viabilizam a execução de todas as atividades. Está intimamente relacionado à atuação das áreas-meio.
- **Parcerias e Fomento:** representam os objetivos estratégicos transversais de realização de parcerias com o setor privado e internacional, além de melhoria dos instrumentos de fomento e incentivos que impactarão positivamente no desenvolvimento das políticas e programas do MDR.
- **Políticas Públicas:** perspectiva que envolve todos os objetivos relacionados às políticas públicas do MDR que irão beneficiar a sociedade brasileira de diferentes formas. Aos objetivos estratégicos das políticas públicas, são atrelados os principais indicadores setoriais que representam o avanço da sociedade brasileira naquela temática específica.
- **Resultado Integrado:** perspectiva que representa o grande resultado almejado para o conjunto de políticas públicas do MDR. Está intimamente ligado à missão e à visão do Ministério. Para seu acompanhamento, são utilizados especialmente indicadores macroeconômicos que refletem as questões mais desafiadoras, como a desigualdade regional e a qualidade de vida nas cidades e regiões brasileiros.

Os **Objetivos Estratégicos** representam de maneira sintetizada o que se deseja alcançar e qual é a prioridade dentro das principais áreas de atuação do MDR. Os objetivos foram construídos a partir da reflexão dos problemas fundamentais a serem solucionados e dos desafios fundamentais a serem alcançados dentro de cada eixo e subeixo estratégico de atuação.

É recomendável que a leitura do Mapa Estratégico seja feita de baixo para cima, uma vez que as perspectivas de Governança e Gestão Corporativa e a de Parcerias e Fomento funcionam como alicerces para o desenvolvimento das Políticas Públicas, que no seu conjunto apoiam o alcance do Resultado Integrado desejado.

MAPA ESTRATÉGICO - MDR 2020-2023

MISSÃO

Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e das cidades, com ampliação de oportunidades, visando à redução das desigualdades regionais

VISÃO

Ser reconhecido pela excelência na promoção do desenvolvimento sustentável, da melhoria da qualidade de vida e da equidade nas regiões e cidades

VALORES

Comprometimento, Integração, Transparência, Integridade e Excelência

Resultado Integrado

Promover o desenvolvimento sustentável, a emancipação das pessoas e a redução das desigualdades regionais 

Políticas Públicas



Ampliar a provisão de moradia digna para famílias de baixa renda, considerando as diversidades socioeconômicas e regionais



Universalizar o acesso da população a serviços adequados de saneamento básico



Tornar os deslocamentos urbanos sustentáveis, priorizando o transporte público coletivo e a segurança viária



Ampliar a segurança hídrica, em bases sustentáveis, especialmente em regiões em situação crítica



Promover a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável nas regiões prioritárias da PNDR



Melhorar as condições de habitabilidade e a segurança da posse em assentamentos precários



Melhorar a qualidade da prestação dos serviços de saneamento básico



Fomentar transformações urbanísticas estruturais sustentáveis, com foco em acessibilidade, orientadas para o cumprimento da função social da cidade



Realizar o efetivo gerenciamento dos recursos hídricos nacionais e transfronteiriços, de forma planejada e integrada, considerando as diversidades regionais e a promoção da segurança



Promover o planejamento e o uso coordenado do território brasileiro de forma integrada com a PNDR



Ampliar a qualidade e a modernização do setor da construção civil, com adoção de práticas sustentáveis



Reduzir os riscos de desastres, com efetivação da integração de políticas públicas e fortalecimento das capacidades dos atores do Sinpdec



Melhorar a capacidade e a tempestividade de resposta e reconstrução pós-desastres



Preservar, conservar as bacias hidrográficas e recuperar aquelas cujos recursos hídricos estejam em situação de vulnerabilidade



Ampliar a área irrigada em bases ambientalmente sustentáveis

Parcerias e Fomento



Otimizar a aplicação e o acesso aos instrumentos de fomento ao desenvolvimento regional



Atrair investimentos privados e internacionais para prestação de serviços e desenvolvimento de infraestrutura regional e urbana

Governança e Gestão Corporativa



Consolidar um modelo de governança e gestão estratégica pautado pela integração e inovação, com foco em resultados



Prover e disponibilizar tempestivamente soluções de TIC integradas, seguras e de alto desempenho



Promover a excelência em contratações públicas e gestão de serviços internos



Melhorar a comunicação e a interação do MDR com os públicos interno e externo, priorizando o uso de ferramentas digitais



Efetivar a plena execução orçamentária das ações finalísticas



Promover o desenvolvimento de competências e a valorização da força de trabalho, com foco no desempenho institucional e na melhoria do clima organizacional

Cadeia de Valor MDR

A Cadeia de Valor é uma **representação gráfica dos principais processos de trabalho desenvolvidos pelo Ministério para geração de valor** (resultados em termos de produtos e serviços para a sociedade).

A Cadeia de Valor do MDR derivou do processo de revisão do PEI juntamente com o de definição das cadeias de valor de cada secretaria do Ministério, trabalho desenvolvido pela Coordenação-Geral de Processos e Inovação, unidade responsável pela gestão de processos do Ministério. No âmbito desse trabalho, foi aplicada metodologia de realização de questionário estruturado, construção de proposta inicial de cadeia e realização de workshops de debate e construção coletiva.

As oficinas de construção da cadeia de valor de cada secretaria ocorreram de forma concomitante e alinhada ao processo de revisão dos elementos estratégicos do PEI. Ao final do trabalho, foi elaborada proposta de Cadeia de Valor Integrada do MDR, promovendo-se a junção de processos comuns a todas as unidades e destacando os processos singulares, resultado que foi aprovado pelo Cigov e apresentada conforme a imagem exposta próxima página.

A Cadeia de Valor do MDR se divide em quatro grupos:

- **Processos de Suporte:** processos de trabalho fundamentais para manutenção e funcionamento da organização (situados na região inferior da cadeia);
- **Processos Gerenciais:** processos de trabalho que viabilizam o estabelecimento de prioridades e aproveitamento de oportunidades, respeitada a conformidade e integridade. São processos que impulsionam (situados na lateral esquerda da figura);
- **Processos Finalísticos:** processos de trabalho voltados para a organização e da implementação de políticas públicas, que viabilizam a efetiva geração de resultados para a sociedade. O processos finalísticos se situam no centro da figura e representam a essência da organização.
- **Valores Gerados:** representam os serviços e infraestruturas que são disponibilizadas à sociedade por meio da atuação do MDR (situados na ponta direita da figura).

A leitura da cadeia de valor deve ser feita da esquerda para a direita, de modo a evidenciar que o conjunto de processos de trabalho, atuando de forma integrada e sinérgica, viabilizam a geração dos resultados para a sociedade, representados à direita da Cadeia de Valor.

CADEIA DE VALOR - MDR



Visão Geral PEI - Dimensão Estratégica

Apresenta-se no quadro a seguir, resumo dos atributos da dimensão estratégica do PEI. Para análise mais aprofundada, sugere-se a leitura dos **Cadernos Estratégicos** ([clique aqui para acessar](#)), que apresentam toda a estratégia relacionada a cada eixo do PEI, destacando os problemas e desafios que levaram à definição do objetivo estratégico e à estruturação de programas e iniciativas de intervenção.

Acerca desta dimensão estratégica, é importante frisar que Informações mais detalhadas de cadastro de indicador estratégico (ex: fórmula de cálculo, responsável pela apuração etc.), podem ser obtidas nas fichas de detalhamento, acessíveis neste [link](#) ou via QR Code ao lado.



Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Meta Estratégica 2020-2023
Resultado Integrado	Não se aplica	Não se aplica	Promover o desenvolvimento sustentável, a emancipação das pessoas e a redução das desigualdades regionais	Renda Média Per Capita - RMPC	Ampliar a renda média per capita
				Renda Média Per Capita dos 50% mais pobres	Ampliar a renda média per capita dos 50% mais pobres
				Índice de Desenvolvimento Humano	Ampliar o Índice de Desenvolvimento Humano
				Índice de Desigualdade Regional da Renda Média Per Capita	Reduzir a desigualdade regional da renda média per capita das regiões frente à média nacional
				Índice de Gini	Reduzir o Índice de Gini
				Índice de Desigualdade Regional de Atendimento Adequado em Saneamento Básico	Reduzir os Índices de desigualdade das regiões no atendimento adequado em saneamento frente à média nacional
Índice de Desigualdade Regional da Taxa de Domicílios Adequados	Reduzir os Índices de desigualdade das regiões na taxa de domicílios adequados frente à média nacional				

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Meta Estratégica 2020-2023
Políticas Públicas	Mobilidade e Desenvolvimento Urbano	Mobilidade Urbana	Tornar os deslocamentos urbanos sustentáveis, priorizando o transporte público coletivo e a segurança viária	Percentual de municípios com Plano de Mobilidade Urbana elaborado dentre aqueles considerados obrigatórios	Aumentar de 11% para 25% a proporção dos municípios que possuem Plano de Mobilidade Urbana elaborado até 2023 dentre aqueles obrigatórios
				Quantidade de empreendimentos de mobilidade urbana concluídos	Concluir 13.216 empreendimentos de mobilidade urbana até 2023
				Taxa da população que gasta 1 hora ou mais no deslocamento casa-trabalho nas principais regiões metropolitanas	Manter em 19,7% a proporção da população que gasta 1 hora ou mais no deslocamento casa-trabalho nas principais regiões metropolitanas
				Taxa da população vivendo próxima a terminais e estações de transporte de média e alta capacidade nas principais regiões metropolitanas	Alcançar 14,28% da população das 10 principais regiões metropolitanas vivendo até 1km de terminais e estações de média e alta capacidade
	Mobilidade e Desenvolvimento Urbano	Desenvolvimento Urbano	Fomentar transformações urbanísticas estruturais sustentáveis, com foco em acessibilidade, orientadas para o cumprimento da função social da cidade	Quantidade de empreendimentos de desenvolvimento urbano concluídos	Concluir 758 empreendimentos de desenvolvimento urbano até 2023

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Meta Estratégica 2020-2023
Políticas Públicas	Planejamento e Desenvolvimento Produtivo e Regional	Planejamento do Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	Promover o planejamento e o uso coordenado do território brasileiro de forma integrada com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional	Quantidade de municípios com agentes capacitados em planejamento regional/sub-regional	Alcançar 2.600 municípios com agentes capacitados em planejamento regional/sub-regional em 2023
		Fomento ao Desenvolvimento Produtivo	Promover a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável nas regiões prioritárias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional	Quantidade de empreendimentos concluídos pela SMDRU no âmbito do desenvolvimento produtivo	Concluir 1.497 empreendimentos no âmbito do desenvolvimento produtivo
	Habitação	Irrigação	Ampliar a área irrigada em bases ambientalmente sustentáveis	Área Total Irrigada	Ampliar para 9.200.000 ha a área irrigada do país até 2023
		Provisão Habitacional	Ampliar a provisão de moradia digna para famílias de baixa renda, considerando as diversidades socioeconômicas e regionais	Taxa de atendimento à necessidade de produção habitacional (TAPH)	Atender, ao menos, a 31,07% da necessidade de produção habitacional até 2023
		Urbanização de Assentamentos Precários	Melhorar as condições de habitabilidade e a segurança da posse em assentamentos precários	Taxa de domicílios com ausência de inadequação	Manter a taxa de domicílios com ausência de inadequação em patamar igual ou superior ao valor de 60,16%
		Qualidade e Modernização Produtiva da Construção Civil	Ampliar a qualidade e a modernização do setor da construção civil, com adoção de práticas sustentáveis	Indicador de conformidade dos materiais, componentes e sistemas construtivos Indicadores de Conformidade (IC)	Alcançar o valor de 90% para o indicador médio de conformidade dos PSQs até 2023

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Meta Estratégica 2020-2023	
Políticas Públicas	Segurança Hídrica	Infraestrutura Hídrica	Ampliar a segurança hídrica, em bases sustentáveis, especialmente em regiões de baixo índice de segurança hídrica	Quantidade de municípios com Índice de Segurança Hídrica, na dimensão humana, mínimo ou baixo beneficiados com a ampliação da oferta hídrica	Ampliar a oferta hídrica em 132 dos 717 municípios com Índice de Segurança Hídrica, na dimensão humana, mínimo ou baixo	
				Incremento da oferta hídrica em áreas com Índice de Segurança Hídrica, na dimensão humana, mínimo ou baixo	Incrementar 132,53m ³ /s de oferta hídrica em áreas com Índice de Segurança Hídrica, na dimensão humana, mínimo ou baixo	
		Gerenciamento de Recursos Hídricos	Realizar o efetivo gerenciamento dos recursos hídricos nacionais e transfronteiriços, de forma planejada e integrada, considerando as diversidades regionais e a promoção da segurança	Total de Unidades da Federação com planos estaduais de recursos hídricos vigentes	Aumentar o número de planos estaduais e distritais de recursos hídricos vigentes para 24 até 2023	
				Número de bacias hidrográficas federais com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos implementada	Efetivar a implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas 10 bacias hidrográficas federais com comitês instituídos	
	Saneamento Básico	Planejamento, Regulação e Gestão dos Serviços de Saneamento Básico	Melhorar a qualidade da prestação dos serviços de saneamento básico	Percentual de recursos da CFURH aplicado nas prioridades definidas no Plano Nacional de Recursos Hídricos-PNRH	Alcançar alocação de 70% dos recursos da CFURH nas prioridades definidas no PNRH até 2023	
				Índice de perdas de água na distribuição em sistemas de abastecimento	Diminuir para 34% o Índice de Perdas de Água na Distribuição em Sistemas de Abastecimento até 2023	
			Revitalização de Bacias Hidrográficas	Preservar e conservar as bacias hidrográficas e recuperar aquelas cujos recursos hídricos estejam em situação de vulnerabilidade	Intervenções realizadas para revitalização de bacias hidrográficas	Realizar 80 intervenções para promover a revitalização de bacias hidrográficas até 2023
					Percentual de municípios que cobram pelo serviço de manejo de RSU	Alcançar a taxa de 65,20% dos municípios que cobram pelo serviço de manejo de RSU até 2023.

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Meta Estratégica 2020-2023		
Políticas Públicas	Saneamento Básico	Infraestrutura em Saneamento Básico	Universalizar o acesso da população a serviços adequados de saneamento básico	Taxa de domicílios urbanos abastecidos com água por rede de distribuição com canalização interna ou na propriedade, ou por poço ou nascente com canalização interna	Alcançar a taxa de 98,2% dos domicílios urbanos abastecidos com água por rede de distribuição com canalização interna ou na propriedade, ou por poço ou nascente com canalização interna até 2023		
				Índice de atendimento adequado em saneamento básico	Alcançar o índice de 64% de atendimento adequado em saneamento básico até 2023		
				Taxa de domicílios urbanos servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários	Alcançar a taxa de 84,8% dos domicílios urbanos servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários até 2023		
				Taxa de domicílios não sujeitos a risco de inundações na área urbana	Alcançar a taxa de 97% dos domicílios não sujeitos a risco de inundações na área urbana até 2023		
	Proteção e Defesa Civil	Gestão de Riscos de Desastres	Gestão de Riscos de Desastres	Reduzir os riscos de desastres, com efetivação da integração de políticas públicas e fortalecimento das capacidades dos atores do Sinpdec	Capacidade dos municípios na atuação da gestão de riscos e de desastres	Aumentar de 2,68 para 3,48 a capacidade de atuação dos municípios na gestão de riscos e de desastres	
				Gestão de Desastres	Melhorar a capacidade e a tempestividade de resposta e reconstrução pós-desastres	Tempo médio ajustado entre a data do desastre e a solicitação de reconhecimento federal	Reduzir para 25 dias o tempo médio ajustado entre a ocorrência do desastre e a solicitação de reconhecimento federal
						Tempo médio ajustado entre o pedido e o reconhecimento federal	Reduzir para 6 dias o tempo médio ajustado entre a solicitação de reconhecimento federal e a publicação da portaria de reconhecimento federal
			Tempo médio ajustado entre a solicitação de recursos e a transferência de recurso para socorro e assistência humanitária	Reduzir para 8 dias o tempo médio ajustado entre o reconhecimento federal e a transferência de recursos para socorro e assistência humanitária			

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Meta Estratégica 2020-2023
Políticas Públicas	Proteção e Defesa Civil	Gestão de Desastres	Melhorar a capacidade e a tempestividade de resposta e reconstrução pós-desastres	Tempo médio ajustado entre a solicitação de recursos e a transferência de recurso para restabelecimento de serviços essenciais	Reduzir para 30 dias o tempo médio ajustado de reconhecimento federal e a transferência de recurso para restabelecimento de serviços essenciais
				Tempo médio ajustado entre o pedido de reconhecimento federal e a transferência de recurso para reconstrução	Reduzir para 245 dias o tempo médio ajustado entre o pedido de reconhecimento federal e a transferência de recursos para a reconstrução
				Índice de efetivação das transferências para ações de resposta e reconstrução no mesmo exercício	Alcançar até 2023 um índice de 75% de efetivação das transferências para ações de resposta e reconstrução dentro de um mesmo exercício
				Prazo médio ajustado de análise para liberação de recursos para ações de Reconstrução	Reduzir para 44 dias o prazo médio ajustado de análise das solicitações de recursos para ações de Reconstrução
				Prazo médio ajustado de liberação de recursos após empenho para ações de Reconstrução	Reduzir para 145 dias o prazo médio ajustado de liberação dos recursos após empenho para ações de reconstrução
				Taxa de Demandas de Ouvidoria Recebidas sobre a Operação Carro Pipa	Reduzir para 2 a taxa de reclamações por milhão de beneficiários da OCP
				Taxa de Atendimento das Demandas de OCP	Alcançar o nível de atendimento de 80% das demandas municipais da Operação Carro Pipa Federal
Parcerias e Fomento	Parcerias e Fomento	Parcerias com o Setor Privado e Internacional	Atrair investimentos privados e internacionais para prestação de serviços e desenvolvimento de infraestrutura regional e urbana	Número de projetos de parcerias com o setor privado estruturados	Estruturar 91 projetos de parcerias com o setor privado
				Volume total de investimento privado atraído por meio de parcerias (R\$)	Atrair R\$ 57 bilhões de investimentos por meio de parcerias
		Instrumentos de Fomento ao Desenvolvimento Regional	Otimizar a aplicação e o acesso aos instrumentos de fomento ao desenvolvimento regional	Índice de Contratações dos FCFs com tomadores de Menor Porte	Alcançar o valor de, no mínimo, 51%, para o ICMP dos Fundos Constitucionais de Financiamento
				Índice de Contratações nas Tipologias Prioritárias da PNDR com recursos dos FCFs	Alcançar o valor de, no mínimo 60%, para o ICTP dos Fundos Constitucionais de Financiamento

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Meta Estratégica 2020-2023
Governança e Gestão Corporativa	Governança e Gestão Corporativa	Governança	Consolidar um modelo de governança e gestão estratégica pautado pela integração e inovação, com foco em resultados	Índice Integrado de Governança e Gestão Corporativa – IGG	Alcançar a nota 0,58% para o Índice Integrado de Governança e Gestão Pública (iGG) até 2023
				IGG-MDR (Desempenho de governança do MDR com base no índice Integrado de Governança e Gestão Pública)	Alcançar a nota 60 para o IGG-MDR até 2023
				Índice de Maturidade em Gestão de Riscos	Atingir 70% de maturidade em gestão de riscos (Nível de Maturidade Aprimorado)
		Comunicação Interna e Externa	Melhorar a comunicação e a interação do MDR com os públicos interno e externo, priorizando o uso de ferramentas digitais	Quantidade de visitas à página da intranet	Ampliar a quantidade anual de visitas à página da intranet do MDR de modo a alcançar 182.769 acessos em 2023
				Quantidade de visitas ao Site do MDR	Aumentar a visualização anual de páginas no Portal MDR para 2.963.953 até 2023
				Taxa de respostas em posts e demais interações em redes sociais do MDR	Alcançar 90% de resposta em posts e demais interações em redes sociais do MDR até 2023
		Gestão Orçamentária e Financeira	Efetivar a plena execução orçamentária dos investimentos	Taxa de empenho das ações finalísticas	Executar 100% das dotações finalísticas discricionárias, exceto créditos extraordinários
				Percentual de execução orçamentária das emendas parlamentares	Executar 100% das emendas parlamentares impositivas
		Gestão de Pessoas	Promover o desenvolvimento de competências e a valorização da força de trabalho, com foco no desempenho institucional e na melhoria do clima organizacional	Taxa de Servidores Capacitados	Aumentar para 76% a proporção de servidores capacitados
		Gestão de Tecnologias	Prover e disponibilizar tempestivamente soluções de TIC integradas, seguras e de alto desempenho	Índice de execução das ações do PDTIC	Realizar 40% das ações previstas no PDTIC
				Índice de atendimentos de chamados de TI de médio e baixa complexidade dentro do prazo	Atender 98% dos chamados de TI de média e baixa complexidade no prazo contratado

Gestão de Contratações e Logística	Promover a excelência em contratações públicas e gestão de serviços internos	Índice de atendimento de chamados de TI de alta complexidade dentro do prazo	Atender 87% dos chamados de TI de alta complexidade no prazo contratado
		Percentual de Contratações previstas no PCA e efetivadas	Efetivar 85% das contratações previstas no PCA
		Percentual de Contratações Não Previstas no PCA e efetivadas	Reduzir a 10% o percentual de contratações não previstas no PCA
		Tempo médio de planejamento de contratações	Atingir valor igual ou inferior a 110 dias de tempo médio de planejamento para subsidiar a avaliação de sua participação no processo de contratação.
		Tempo médio da fase interna de licitações	Atingir valor igual ou inferior a 150 dias de tempo médio da fase interna de licitação.
		Índice de editais alterados	Reduzir o índice de editais modificados após questionamentos para valor igual ou inferior a 15%
		Índice de licitações desertas ou fracassadas	Reduzir o índice de licitações desertas ou fracassadas para valor igual ou inferior a 15%
		Risco de descontinuidade contratual	Reduzir o índice de contratos prorrogados em menos de 30 dias para valor igual ou inferior a 40%

Visão Geral PEI - Dimensão Tática

Apresenta-se no quadro a seguir, resumo dos atributos da dimensão tática do PEI (programas e iniciativas), bem como sua relação com os objetivos estratégicos. Para análise mais aprofundada, sugere-se a leitura dos Cadernos Estratégicos, que apresentam toda a estratégia relacionada a cada eixo do PEI, destacando os problemas e desafios que levaram à definição do objetivo estratégico e à estruturação de programas e iniciativas de intervenção. Nesses cadernos são também apresentadas as metas de cada iniciativa estabelecida.

Acerca desta dimensão tática, é importante frisar que Informações mais detalhadas de cadastro dos programas (ex: teoria do programa, modelo lógico etc.) e sobre as iniciativas (responsáveis, etapas, indicador da iniciativa e metas) podem ser obtidas nas fichas de detalhamento, acessíveis neste [link](#) ou via QR Code ao lado.



Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Objetivo Estratégico	Programa	Iniciativa
Políticas Públicas	Mobilidade e Desenvolvimento Urbano	Mobilidade Urbana	Tornar os deslocamentos urbanos sustentáveis, priorizando o transporte público coletivo e a segurança viária	Programa de Desenvolvimento Institucional em Mobilidade Urbana	Elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana
					Implantação do Sistema Nacional de Informações em Mobilidade Urbana (SIMU)
					Proposição do Marco Legal do Transporte Público Coletivo
					Projetos de transição para a eletromobilidade nas cidades brasileiras
					Projetos de desenvolvimento orientados ao transporte
					Assistência técnica à elaboração de Planos Locais de Mobilidade Urbana
				Programa Mobilidade Urbana	Investimento em empreendimentos de transporte coletivo
					Investimento em empreendimentos de transporte não motorizado e qualificação viária
				Programa Pró-Transporte	Financiamento de empreendimentos de transporte coletivo
					Financiamento de empreendimentos de transporte não motorizado e qualificação viária
				Programa de Incentivos Fiscais para Mobilidade Urbana	REIDI Mobilidade Urbana
					Debêntures Incentivadas - Mobilidade Urbana

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Objetivo Estratégico	Programa	Iniciativa
Políticas Públicas	Mobilidade e Desenvolvimento Urbano	Desenvolvimento Urbano	Fomentar transformações urbanísticas estruturais sustentáveis, com foco em acessibilidade, orientadas para o cumprimento da função social da cidade	Programa de Desenvolvimento Urbano (Pró-Cidades)	Projetos integrados de melhoria de perímetros urbanos
				Programa de Reabilitação e Urbanização Acessível	Apoio a projetos e obras de reabilitação e urbanização acessível em áreas urbanas
				Programa de Debêntures Incentivadas – Iluminação Pública	Aprovação de projetos prioritários de iluminação pública para fins de emissão de debêntures incentivadas
				Programa de Fortalecimento Institucional em Desenvolvimento Urbano	Elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU
	Planejamento e Desenvolvimento Produtivo e Regional	Planejamento do Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	Promover o planejamento e o uso coordenado do território brasileiro de forma integrada com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional	Programa de Planejamento Regional e Ordenamento Territorial	Estruturação do Plano de Trabalho do Comitê Executivo para a PNDR
					Elaboração do projeto de lei de estabelecimento da Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT
				Programa de Fortalecimento das Capacidades Governativas dos Entes Subnacionais	Regulamentação e instalação do Núcleo de Inteligência Regional
					Projeto Amazônia Azul: Fronteira Leste Brasileira
					Reestruturação do Portal Capacidades
					Capacitação continuada para o fortalecimento do desenvolvimento regional e urbano
Publicação da Portaria do Cadastro Técnico Multifinalitário					

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Objetivo Estratégico	Programa	Iniciativa
Políticas Públicas	Planejamento e Desenvolvimento Produtivo e Regional	Fomento ao Desenvolvimento Produtivo	Promover a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável nas regiões prioritárias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional	Programa Rotas de Integração Nacional	Implantação de Polos da Estratégia Rotas de Integração Nacional
					Revisão dos requisitos para cadeias produtivas a serem fomentadas pelo Programa Rotas de Integração Nacional
		Irrigação	Ampliar a área irrigada em bases ambientalmente sustentáveis	Programa Irrigação para o Desenvolvimento Produtivo e Regional	Estruturação de unidades de referência em ensino para o desenvolvimento da agricultura irrigada
					Normatização do Processo de Transferência da Gestão dos Projetos Públicos de Irrigação - PPIs
					Implantação de Polos de Agricultura Irrigada
					Sistema Nacional de Informações sobre Agricultura Irrigada
					Emancipação de Projetos Públicos de Irrigação – PPIs
					Sistemas implantados de reuso das águas residuárias para irrigação
					Elaboração de estudos para a definição das diretrizes dos serviços de ATER aos agricultores familiares em PPIs
					Elaboração do Plano de Ação Nacional de Agricultura Irrigada em Pequenas Propriedades
					Assessoramento organizacional aos agentes públicos e privados, notadamente das organizações de irrigantes, nos processos de transferência da gestão dos PPIs

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Objetivo Estratégico	Programa	Iniciativa
Políticas Públicas	Segurança Hídrica	Infraestrutura Hídrica	Ampliar a segurança hídrica, em bases sustentáveis, especialmente em regiões em situação crítica	Projeto de Integração do Rio São Francisco	Implementação do Eixo Norte
					Implementação do Eixo Leste
					Recuperação de Reservatórios Estratégicos do PISF
					Ramal do Agreste Pernambucano
					Ramal do Apodi
					Contratação do Ramal do Salgado
					Efetivação do sistema de gestão do PISF
					Implantação de infraestrutura de abastecimento de águas ao longo dos canais PBA 15
					Contratação da Duplicação da capacidade de bombeamento do PISF – Eixo Norte
				Contratação da Duplicação da capacidade de bombeamento do PISF – Eixo Leste	
				Programa Água Doce	Implantação de Sistemas de Dessalinização de águas salobras e salinas
				Obras Hídricas Estruturantes	Implantação da Barragem Arvorezinha
					Implantação da Barragem Jaguari
					Implantação do Canal do Sertão Alagoano (Trecho IV)
					Implantação do Cinturão das Águas do Ceará – CAC – Trecho 1
					Implantação do Sistema Adutor do Agreste Pernambucano – 1ª parte
					Implantação das Vertentes Litorâneas Trechos 1 e 2 e derivações de Gurinhém e Araçagi
					Conclusão das barragens de Gatos e Panelas II para contenção de cheias na Bacia do Rio Una

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Objetivo Estratégico	Programa	Iniciativa
Políticas Públicas	Segurança Hídrica	Infraestrutura Hídrica	Ampliar a segurança hídrica, em bases sustentáveis, especialmente em regiões em situação crítica	Planejamento e Desenvolvimento Institucional para Infraestrutura Hídrica	Elaboração do marco legal e normativo do serviço público prestado pelas infraestruturas hídricas
					Elaboração do estudo de avaliação estratégica integrada e planejamento de intervenções hídricas para o desenvolvimento sustentável
		Gerenciamento de Recursos Hídricos	Realizar o efetivo gerenciamento dos recursos hídricos nacionais e transfronteiriços, de forma planejada e integrada, considerando as diversidades regionais e a promoção da segurança	Programa de Planejamento e Desenvolvimento da Política Nacional de Recursos Hídricos	Elaboração do Plano Nacional dos Recursos Hídricos 2022-2040
					Elaboração do Painel de Segurança Hídrica
					Revisão e Atualização dos planos estaduais de recursos hídricos
					Revisão da normatização das modalidades de reuso direto não potável da água
					Revisão da normatização sobre a cobrança de recursos hídricos no Brasil
					Programa de Planejamento e Desenvolvimento da Política Nacional de Segurança de Barragens

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Objetivo Estratégico	Programa	Iniciativa
Políticas Públicas	Segurança Hídrica	Revitalização de Bacias Hidrográficas	Preservar e conservar as bacias hidrográficas e recuperar aquelas cujos recursos hídricos estejam em situação de vulnerabilidade	Programa Águas Brasileiras	Implementação de projetos de revitalização de recursos hídricos por meio de parcerias com o setor privado
				Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas	Instituição do novo Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas
					Estabelecimento de diretrizes e prioridades nacionais para a revitalização de bacias hidrográficas
					Apoio à implementação de intervenções para revitalização de bacias hidrográficas (OGU)
	Habitação	Provisão Habitacional	Ampliar a provisão de moradia digna para famílias de baixa renda, considerando as diversidades socioeconômicas e regionais	Programa Casa Verde e Amarela - PCVA	Aquisição subsidiada de unidades habitacionais
					Aquisição financiada de unidades habitacionais
					Apoio a iniciativas locais de aluguel social
					Produção habitacional por agentes públicos
		Urbanização de Assentamentos Precários	Melhorar as condições de habitabilidade e a segurança da posse em assentamentos precários		Urbanização de assentamentos precários
					Melhoria habitacional
					Regularização fundiária FDS
					Programa de financiamento a Melhorias Habitacionais
Qualidade e Modernização Produtiva da Construção Civil	Ampliar a qualidade e a modernização do setor da construção civil, com adoção de práticas sustentáveis	Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-h	Regularização fundiária por agentes públicos		
			Lançamento do novo portal do PBQP-h		
			Adequação do PBQP-h à economia verde		
			Estudos sobre o histórico e avaliação dos impactos do PBQP-h		

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Objetivo Estratégico	Programa	Iniciativa	
Políticas Públicas	Saneamento Básico	Infraestrutura em Saneamento Básico	Universalizar o acesso da população a serviços adequados de saneamento básico	Programa Saneamento Básico Estrutural	Fomento a empreendimentos de abastecimento de água potável	
					Fomento a empreendimentos de esgotamento sanitário	
					Fomento a empreendimentos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos	
					Fomento a empreendimentos de saneamento integrado	
					Fomento a empreendimentos de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas	
		Planejamento, Regulação e Gestão dos Serviços de Saneamento Básico	Melhorar a qualidade da prestação dos serviços de saneamento básico	Programa Saneamento Básico Estruturante	Revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab)	
					Implementação do Sistema de informações em Saneamento Básico (SINISA)	
					Apoio à implantação de estruturas de prestação regionalizadas de água e esgoto	
					Regulamentação do novo marco legal do saneamento	
	Proteção e Defesa Civil	Gestão de Riscos de Desastres	Reduzir os riscos de desastres, com efetivação da integração de políticas públicas e fortalecimento das capacidades dos atores do SINPDEC	Programa de Fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil	Desenvolvimento de modelo lógico e framework para novas alternativas de financiamento	
					Revisão do pacote de gestão das ações apoiadas pela SEDEC - S2iD 4.0	
					Regulamentação da Lei 12.340/2010	
					Boas práticas em Proteção e Defesa Civil	
					Capacitação Continuada em Proteção e Defesa Civil	
					Elaboração do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil	
				Programa de Prevenção e Preparação aos Riscos de Desastres	Institucionalização do Sistema Federal de Proteção e Defesa Civil	Intervenções para contenção de encostas
						Desenvolvimento de metodologia para execução de projetos de engenharia e obras de retenção de fluxo de detritos - Manual de Barreira SABO
						Fomento a empreendimentos de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas (SNS)
Conclusão das barragens de Gatos e Panelas II para contenção de cheias na Bacia do Rio Una (SNSH)						

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Objetivo Estratégico	Programa	Iniciativa
Políticas Públicas	Proteção e Defesa Civil	Gestão de Desastres	Melhorar a capacidade e a tempestividade de resposta e reconstrução pós-desastres	Programa de Socorro e Assistência às Vítimas de Desastres	Inclusão das informações da Operação Carro Pipa no Painel de Segurança Hídrica do MDR
					Revisão de Instrução Normativa de Reconhecimento Federal
				Programa de Restabelecimento e Reconstrução	Revisão da normatização sobre cooperação com o Ministério da Defesa para a Operação Carro Pipa
					Institucionalização do Grupo de Apoio a Desastres - GADE
Parcerias e Fomento	Parcerias com o Setor Privado e Internacional	Atrair investimentos privados e internacionais para prestação de serviços e desenvolvimento de infraestrutura regional e urbana	Programa de Parcerias com o Setor Privado	Estruturação de projetos de concessão com apoio do FEP e outros instrumentos	
				Desestatização da CBTU	
				Desestatização da TRENSURB	
			Programa de Incorporação de Critérios ASG em Projetos	Concessão do perímetro público de irrigação do Baixio do Irecê	
				Elaboração de 5 frameworks ASG para os setores de saneamento e segurança hídrica	
				Elaboração de Guia ASG para Mobilidade Urbana	
	Parcerias e Fomento	Instrumentos de Fomento ao Desenvolvimento Regional	Otimizar a aplicação e o acesso aos instrumentos de fomento ao desenvolvimento regional	Programa Integrar e Desenvolver	Reestruturação das normas que tratam dos setores prioritários dos Incentivos Fiscais
					Promoção da elaboração do projeto de desinvestimento do Finor e do Finam conforme lei 14.165/2021.
					Revisão da sistemática de monitoramento e acompanhamento dos Fundos de Desenvolvimento
					Revisão de modelo de informações enviadas pelos bancos para monitoramento e avaliação dos fundos constitucionais
					Revisão e atualização das Diretrizes e Orientações Gerais para aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais
					Apresentação de proposta de taxas de juros prefixadas para os Fundos Constitucionais
Estruturação do Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável					

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Objetivo Estratégico	Programa	Iniciativa	
Governança e Gestão Corporativa	Governança e Gestão Corporativa	Governança	Consolidar um modelo de governança e gestão estratégica pautado pela integração e inovação, com foco em resultados	Programa de Gestão Estratégica e Estruturação da Governança	Implantação de modelo de gestão estratégica de processos	
					Projeto Fortalecimento da governança no MDR	
					Novo Sistema corporativo de gestão da carteira de investimentos (MDR Investe)	
					Implantação de controles de qualidade de dados da carteira de investimentos do MDR	
					Implantação de modelo de excelência em planejamento e gestão estratégica	
				Programa de Gestão de Riscos, Integridade e Transparência	Implementar a gestão de riscos nos processos prioritários	
					Criação e aplicação de instrumento de avaliação do Programa de Integridade	
		Gestão de Pessoas	Promover o desenvolvimento de competência e a valorização da força de trabalho, com foco no desempenho institucional e na melhoria do clima organizacional	Gestão de Pessoas	Programa de Aperfeiçoamento da Governança da Gestão de Pessoas	Disponibilização de bases do MDR em formato de dados abertos
						Institucionalização da política de Gestão de Pessoas
						Aperfeiçoamento da Política de Desenvolvimento de Pessoas
						Aperfeiçoamento da Política de Movimentação Interna
						Aperfeiçoamento da Política de Qualidade de Vida
						Aperfeiçoamento da Política de Desempenho do Servidor
						Mestrado Profissional em Gestão Pública
Programa de Desenvolvimento de pessoas	MBA em Economia e Gestão: Planejamento, Financiamento e Governança Pública					
	Rota de Desenvolvimento das Áreas Finalísticas					
	Rota de Desenvolvimento das Lideranças e das Áreas de Gestão					
Programa Qualidade de Vida no Trabalho	Fortalecimento da Identidade Organizacional					
	Prêmio Destaque MDR					
	Projeto Boas-Vindas: <i>Onboarding</i> de servidores e estagiários					

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Objetivo Estratégico	Programa	Iniciativa
Governança e Gestão Corporativa	Governança e Gestão Corporativa	Gestão de Tecnologias	Prover e disponibilizar tempestivamente soluções de TI integradas, seguras e de alto desempenho	Programa de Aprimoramento da Segurança de TIC	Realização de estudo de conformidade às normas de segurança de TIC existentes
					Implantação da Equipe de Tratamento de incidentes de Rede-ETIR
					Orientação regular aos usuários acerca da segurança de TIC
				Programa de Modernização Tecnológica	Renovação de soluções de Segurança em TIC
					Disponibilização de Apoio Técnico Especializado em TIC
					Disponibilização de Serviços de Inteligência Artificial e de Dados
		Gestão de Contratações e Logística	Promover a excelência em contratações públicas e gestão de serviços internos	Programa Contratações e Logística em Ação	Mapeamento do processo de planejamento e gestão de contratações
					Estruturação de trilha de aprendizagem para planejamento e fiscalização de contratos
					MDR Sem Papel
					Sistema Tarifas Caixa
		Gestão Orçamentária e Financeira	Efetivar a plena execução orçamentária das ações finalísticas	Programa Todos Empenhados	Padronização de processos de execução orçamentária e financeira
					Projeto de reforço da capacidade de execução orçamentária e financeira de final de exercício
					Otimização de Restos a Pagar
					Avaliação qualitativa da execução orçamentária e financeira
Programa de Aperfeiçoamento da Prestação de Contas	Otimização dos processos de prestação de contas				
	Comunicação Interna e Externa			Melhorar a comunicação e a interação do MDR com os públicos interno e externo, priorizando o uso de ferramentas digitais de comunicação	Programa de Comunicação Interna e Externa

